

PÚBLICO, Belém do Pará, em 15 de Dezembro de 2016.
ADÉLIO MENDES DOS SANTOS
Procurador de Justiça
Corregedor-Geraldo Ministério Público

Protocolo: 130924
EXTRATO DA PORTARIA Nº 032/2016/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000057-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria nº 032/2016/MP/12ªPJMAB
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá), Secretaria Municipal de Educação de Tucuruí/PA; Município de Tucuruí/PA.
Assunto: Acompanhar as condições dos estabelecimentos de ensino do campo localizados na zona rural do Município de Tucuruí/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 131053
EXTRATO DA PORTARIA Nº 031/2016/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000059-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria nº 031/2016/MP/12ªPJMAB
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá), Secretaria Municipal de Educação de São João do Araguaia/PA; Município de São João do Araguaia/PA.
Assunto: Acompanhar as condições dos estabelecimentos de ensino do campo localizados na zona rural do Município de São João do Araguaia/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 131050
EXTRATO DA PORTARIA Nº 030/2016/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000060-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria nº 030/2016/MP/12ªPJMAB
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá), Secretaria Municipal de Educação de Palestina do Pará/PA; Município de Palestina do Pará/PA.
Assunto: Acompanhar as condições dos estabelecimentos de ensino do campo localizados na zona rural do Município de Palestina do Pará/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 131031
EXTRATO DA PORTARIA Nº 033/2016/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000077-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria nº 033/2016/MP/12ªPJMAB
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá), Secretaria Municipal de Educação de Água Azul do Norte/PA; Município de Água Azul do Norte/PA.
Assunto: Acompanhar as condições dos estabelecimentos de ensino do campo localizados na zona rural do Município de Água Azul do Norte/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA-Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 131072
EXTRATO DA PORTARIA Nº 034/2016/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública

a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000076-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria nº 034/2016/MP/12ªPJMAB
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá), Secretaria Municipal de Educação de São Geraldo do Araguaia/PA; Município de São Geraldo do Araguaia/PA.
Assunto: Acompanhar as condições dos estabelecimentos de ensino do campo localizados na zona rural do Município de São Geraldo do Araguaia/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 131084
EXTRATO DA PORTARIA Nº 034/2016/MP/12ªPJMAB
A 12ª Promotora de Justiça de Marabá, com fundamento no art. 54, VI e § 3º da Lei Complementar nº 057/06 e no Art. 4º, inc. VI da RESOLUÇÃO Nº 23 - CNMP, de 17/09/07, torna pública a instauração do **Procedimento Administrativo nº 000076-960/2016** que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Marabá, situada na Rua das Flores, s/nº, Esq. c/ Rod. Transamazônica – Agrópolis INCRA, CEP. 68.500-000 – Marabá – PA – Fone/Fax: (94) 3312-9900.
Portaria nº 034/2016/MP/12ªPJMAB
Interessados: Ministério Público do Estado do Pará: 12ª Promotoria de Justiça de Marabá (Promotoria Agrária da Região de Marabá), Secretaria Municipal de Educação de São Geraldo do Araguaia/PA; Município de São Geraldo do Araguaia/PA.
Assunto: Acompanhar as condições dos estabelecimentos de ensino do campo localizados na zona rural do Município de São Geraldo do Araguaia/PA.
JANE CLEIDE SILVA SOUZA
Promotora de Justiça
Titular da 12ª Promotoria de Justiça de Marabá

Protocolo: 131100
PORTARIA Nº 03/2016 – MP - 2º PJ MA/PC/HU – BEL
O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, por meio da 2º PROMOTORA DE JUSTIÇA DO MEIO AMBIENTE, PATRIMÔNIO CULTURAL, HABITAÇÃO E URBANISMO DE BELÉM, em exercício, no uso de suas atribuições institucionais e com arrimo nos artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº. 8.625/93, e art. 55, parágrafo único, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 057/06, combinado com o art. 93, II, da Lei 8.078/90, e:
Considerando que uma das funções institucionais do Ministério Público é a promoção do Inquérito Civil e da Ação Civil Pública para a proteção do Patrimônio Público e Social, do Meio Ambiente e do outros interesses difusos e coletivos (art. 129, III, da CF, art. 25, IV, “a”, e 26, I, da Lei Federal nº 8.625/93);
Considerando que a Magna Carta Constitucional Pátria erigiu à categoria de bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida o meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo o dever de defendê-lo e preservá-lo ao poder público e à coletividade (art. 225, caput, da C.F.);
Considerando o Projeto de Lei nº 1.051/2015, em trâmite na Câmara dos Deputados, o qual exaspera as penas previstas no art. 32 da Lei nº 9.605/98, consistente no crime de maus tratos a animais;
Considerando a elaboração da Campanha “Não atire o pau no gato: maus tratos aos animais é crime”, consistente na conscientização do público infanto-juvenil em relação aos atos de maus tratos aos animais;
Considerando, o disposto no art. 21 e 22, da RESOLUÇÃO Nº 010/2011 - cpj, de 30 de junho de 2011 e a necessidade de acompanhamento no prosseguimento da solução do objeto da reclamação;
O Ministério Público do Estado do Pará, por sua 2º Promotora de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, em exercício, com fulcro no art. 129, II, da Constituição Federal, C/C o art. 26, I, da Lei Federal nº 8.625/93 e art. 2º, § 7º, da supracitada Resolução, resolve instaurar o presente Procedimento Administrativo Preliminar; Nesta oportunidade, determino o cumprimento das seguintes providências:
1. Cadastro do procedimento no Sistema de Informações Protocolares do Ministério Público Estadual para numeração e registro nesta Promotoria de Justiça;
2. Nomeação da servidora Clotilde Leal para atuar como Secretária no presente Procedimento Administrativo Preliminar, dispensando-a do compromisso legal em razão do vínculo administrativo que possui com o MPE/PA;
3. Encaminhar cópia ao PGJ e CAOMA para efeito de publicação no DOE;
4. Expedir convites à Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Estadual de Educação para comparecerem a reunião no dia 22/11/2016, às 11h00min, para costurar os detalhes da Campanha de Conscientização.
5. Cumpra – se.
6. Belém, 08 de novembro de 2016.

ÂNGELA MARIA BALIEIRO QUEIROZ
2º Promotora de Justiça de Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém, em exercício.

Protocolo: 131123
EXTRATO DA RECOMENDAÇÃO Nº 003/2016/2ª PJM
O Ministério Público do Estado do Pará, por meio da 2º Promotoria de Justiça Militar, torna pública a Recomendação Nº 003/2016/2ª PJM, de 18/11/2016, encaminhada ao Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Pará.
Recomendação: Que sejam disponibilizadas luvas e fitas zebradas para isolamento a todas as viaturas da PM, a fim de que façam o devido isolamento do local do crime, a fim de que os peritos do Centro de Perícia Científica “Renato Chaves” e a autoridade policial civil possam colher elementos necessários a elucidação da infração penal, bem como permaneçam no local do crime enquanto for necessário o trabalho dos peritos e policiais civis a fim de prestar-lhes a devida segurança em consonância com o art. 144§ 5º da Constituição Federal.
Além disso faz-se necessário o Comando Geral da PM firmar parceria com CPC “Renato Chaves” a fim de que todo o efetivo da PM seja submetido a treinamento e reciclagem acerca de isolamento de local de crime.
Belém, 18 de novembro de 2016
ARMANDO BRASIL TEIXEIRA, 2º Promotor de Justiça Militar

Protocolo: 131144

MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº191 /2016/MPCM-PA
BELÉM, 05 DE DEZEMBRO DE 2016
A Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:
Determinar aos servidores deste MP de Contas que elaborem e apresentem para Procuradora-Geral Relatório Anual de Atividades desenvolvidas para fins de acompanhamento e planejamento Institucional.
Dê-se ciência, publique-se, registre-se e cumpra-se.
Elisabeth Massoud Salame da Silva
Procuradora-Geral do MPCM-PA

Protocolo: 131145

CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/2016
CONTRATANTE: Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Trav. Magno de Araújo 424, Telégrafo, CNPJ 05.018.916/0001-92.
CONTRATADA: Ingram Micro Informática LTDA, Avenida Dr. Churci Zaidan nº 1240, Torre Golden Tower – 21º andar – Morumbi Corporate – Vila São Francisco, CNPJ 81.627.838/0001-01.
OBJETO: Aquisição de subscrição de licenças do sistema operacional Red Hat Enterprise Linux e servidor de aplicação JBoss com atualização de versões e suporte técnico por um período de 36 (trinta e seis) meses e treinamentos oficiais.
MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Adesão à Ata de Registro de Preço nº 22/2015 - Pregão Eletrônico nº 22/2015
DATA DA ASSINATURA: 01.12.2016
VIGÊNCIA: 01.12.2016 a 30.11.2017
VALOR TOTAL: R\$ 285.510,00 (duzentos e oitenta e cinco mil, quinhentos e dez reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Elemento de Despesa-01.122.1442.8515.339039 e 01.032.1442.8403.449052.
ORDENADOR RESPONSÁVEL: Elisabeth Massoud Salame da Silva – Procuradora Geral

Protocolo: 130640

OUTRAS MATÉRIAS

TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL
PARTES: Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, Trav. Magno de Araújo, nº 424 – Telégrafo. CNPJ nº: 05.018.916/0001-92 e SODEXO PASS DO BRASIL SERVIÇOS E COMÉRCIO S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 69.034.668/0001-56, estabelecida na Alameda Araguaia nº 1.142, Bloco 3, Alphaville, CEP: 06.455-000 – Barueri/SP.
OBJETO: Termo de rescisão amigável referente ao Contrato nº 08/2013.
FUNDAMENTO JURÍDICO: Art. 79, II da Lei nº 8.666/1993.
DATA DE ASSINATURA: 18/10/2016.
ORDENADORA RESPONSÁVEL: Elisabeth Massoud Salame da Silva.

Protocolo: 130641